

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: 150 anos

Eliseu Alves¹

Enaltecer as múltiplas e bem-sucedidas conquistas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por ocasião dos 150 anos de sua criação, é uma atitude esperada. Em vez disso, optamos por analisar três desafios óbvios que se apresentam ao setor agrícola.

Dimensão da agricultura e necessidade de crescimento

A produção da agricultura brasileira excede, em muito, a capacidade de consumo do nosso povo. Consequentemente, temos enorme excedente para exportar, o que, aliás, está em expansão. As ameaças externas às exportações – à margem do desafio representado pela competição, em termos de preço e qualidade do produto – tendem a se expandir. Batalhas perdidas na arena internacional significam exportar menos e a preços menores. Como resultado, os preços internos também caem, trazendo efeitos negativos sobre a renda agrícola e ameaçando o bem-estar dos agricultores. É preciso lembrar, também, que as exportações são fundamentais ao equilíbrio das contas externas, à luta contra a pobreza e às políticas de desenvolvimento econômico.

O mercado internacional, que há muito tempo tem grande influência sobre a agricultura brasileira, cresce em importância a cada ano. Como vivemos numa economia aberta, o

mercado internacional tem de ser considerado na formulação das políticas de juro e financiamento, de desenvolvimento tecnológico e de qualidade da produção. Os subsídios têm de ser aferidos conforme o praticarem nossos competidores, e não em relação aos juros internos. Na negociação da dívida rural, as exportações têm de estar presentes, porque não podemos perder mercado. Encontrar um caminho definitivo que solucione o problema da dívida rural, sem perder de vista o mercado externo, é, pois, vital para o Brasil.

Assim, a exportação de produtos agrícolas é condição para evitar a queda ruinosa dos preços agrícolas (e não nos referimos aqui à queda de preços como consequência do desenvolvimento tecnológico, cujos benefícios, na sua maior parte, favorecem os consumidores; essa queda, aliás, é bem-vinda). E as importações que carregam subsídios de origem, quando inoportunas, são igualmente prejudiciais.

Da mesma forma, o mercado interno está firmemente atrelado à produção agrícola nacional. Os efeitos do crescimento populacional sobre a demanda de alimentos tendem a ser cada vez menores, em função da redução das taxas de natalidade. Já o efeito renda sobre o consumo de alimentos é pequeno nas camadas de alto poder aquisitivo, mas é acentuado nos segmentos pobres. Portanto, para estimular o

¹ Eliseu Alves é pesquisador e assessor do Diretor-Presidente da Embrapa.

consumo de alimentos, é importante aumentar a renda per capita e dar poder de compra aos desfavorecidos. O programa Fome Zero tem de ser entendido também nessa amplitude.

Dispor do enorme excedente de produção agrícola, tanto no mercado externo quanto no interno, é um importante desafio para o Ministério da Agricultura. No plano externo, o Mapa tem capacidade de atuar, mas precisa ampliar a competência em termos de formulação de políticas de exportação, de especialização de profissionais e de arregimentação de talentos. No plano interno, já se vem investindo em qualidade, tanto a dos produtos quanto a dos insumos. O que é muito importante, mas não é suficiente. Falta estimular o consumo interno. O desafio é entender o problema e oferecer soluções. A execução de propostas, campo que extrapola a competência do Mapa, é outra questão a ser gerida.

Conforme já salientamos, tanto o mercado interno quanto o externo continuam em expansão. Para acompanhá-los, é preciso aumentar a produção interna. Como se sabe, o estilo tradicional de crescimento de nossa agricultura concilia aumento de produção com menor consumo dos insumos terra e trabalho. Para dinamizar essa forma de crescimento, a agenda do Mapa tem de incluir o desenvolvimento de mais tecnologias, deve criar ambiente econômico favorável à sua adoção, além de estimular a extensão rural particular².

Pobreza rural

Questões atinentes à pobreza do homem do campo também interessam ao Mapa, embora a questão social escape, administrativamente, à sua competência. O maior problema enfrentado pelos agricultores familiares pobres, já assentados, é como aumentar o excedente, que poderia ser usado tanto para o consumo próprio quanto para investimentos dentro da porteira.

A única solução viável para aumentar o excedente é aumentar a produtividade da terra, já que expandir a área do estabelecimento é complicado. E o aumento da produtividade está diretamente ligado à utilização de tecnologias apropriadas.

A geração de tecnologia, no âmbito do Mapa, está concentrada na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). O mesmo ocorre com a organização do conhecimento em diversos sistemas de produção de complexidade crescente, num roteiro de etapas, bem como a avaliação de risco, de custo de produção e da forma como financiar investimentos. Nesse aspecto, outra organização da esfera do Mapa tem competência conhecida – a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A pobreza do homem do campo manifesta-se sob a forma de privação dos elementos essenciais ao bem-estar humano, falta de recursos para participar do mercado de consumo e de investimentos, exclusão em programas de saúde e educação, entre outras, que perpetuam o estado de pobreza. Assim, a erradicação da pobreza interessa diretamente às políticas de desenvolvimento, além de ser uma questão de moral pública.

As lideranças urbanas, preocupadas com o inchaço das cidades, tentam encontrar um vínculo entre esse inchaço e a migração do homem do campo. Numa sociedade de grande mobilidade social, como é a brasileira, o pobre rural está sempre pronto a migrar para a cidade, onde pensa contar com muitas oportunidades de trabalho e de bem-estar social. Segundo Alves e Marra (2009)³, no período de 2000 a 2007, 4 milhões de pessoas migraram do meio rural para as cidades, das quais, respectivamente, 1,7 milhão na região Nordeste e 1 milhão na região Sudeste. O potencial migratório de maior

² A extensão pública, competência do MDA, é importante para a agricultura familiar.

³ ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, ano XVIII, n. 4, p. 5-17, 2009.

dimensão concentra-se no meio rural nordestino, que abriga 47% dos rurícolas. Outra conclusão do estudo é que a migração rural-urbana tem pequeno impacto sobre o crescimento da população urbana, não justificando a preocupação das lideranças. Melhor seria que as entidades interessadas em contribuir para o bem-estar urbano concentrassem sua atenção no crescimento da agricultura, este, sim, com grande poder de reter o homem no meio rural.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)⁴, com base nos resultados preliminares do censo, registrou a presença de 5,2 milhões de estabelecimentos rurais. Desses, 0,6 milhão não declarou a produção e 2,0 milhões registraram uma produção, a preços vigentes à data, de até ½ salário mínimo mensal de renda bruta. Os dois grupos correspondem a 50,1% de todos os estabelecimentos. Incluindo-se o grupo de até 1 salário mínimo mensal, 61,9% dos estabelecimentos pertencem a essa categoria. E até 2 salários mínimos de renda bruta, compreendem-se 73,0% de todos os estabelecimentos. Admitindo-se existir três adultos por estabelecimento, e que toda a produção, vendida ou não, equivalha exatamente a 2 salários mínimos, ainda que a produção somente use mão de obra humana, a renda per capita seria de 0,66 salário mínimo. Imensa pobreza! Grande desafio tecnológico para uma solução agrícola!

Em conjunto, 3,7 milhões de estabelecimentos produziram um valor de produção menor ou igual a ½ salário mínimo per capita. Portanto, 11,1 milhões de pessoas, no meio rural, devem estar insatisfeitas com o que ganham.

Para o Mapa, trata-se de um imenso desafio tecnológico. Não defendemos aqui a geração de tecnologias específicas, ainda que, em certos casos, isso possa vir a ocorrer. O que sugerimos é organizar o conhecimento em etapas, que explicitem as dificuldades dos agricultores e sua capacidade de buscar financiamento,

para, então, estabelecer a estratégia de difusão para cada grupo de agricultores. É fundamental conhecer o número de estabelecimentos rurais para os quais é possível encontrar uma solução agrícola que reduza a pobreza. Ou seja, é preciso definir a dimensão do problema.

Desmatamento amazônico

Criminalizar o desmatamento amazônico tem sido a tônica da mídia e de certos setores do governo. Dois são os principais vilões apontados: os madeireiros e os pecuaristas. A política adotada para inibir a ação deles é a punição. Em contrapartida, eles estão dispostos a correr o risco, insistindo na atividade econômica que praticam, tomando por base uma conta de custo-benefício. Nesse caso estão incluídos os madeireiros, milhões de pequenos agricultores que praticam a agricultura itinerante (única opção, aliás, que eles têm, pela falta de insumos ou por seu preço elevado), e, em menor grau, os pecuaristas. Como os produtos florestais estão no topo das exportações brasileiras, a pressão para que o governo abrande as restrições ao desmatamento é muito forte. E ainda há o interesse da reforma agrária nos assentamentos, numa região de terras baratas.

Como se sabe, o desenvolvimento das cidades amazônicas tem incentivado o êxodo rural. Em 2000, o meio rural da região Norte foi aquele que mais perdeu população, correspondendo essa perda a 17,2%. Em segundo lugar, veio o Sudeste, com 16,2%, seguido do Nordeste, com 11,2% (ALVES; MARRA, 2009)⁵. O que isso representa? Menos gente no meio rural, menos pressão sobre as florestas.

O desenvolvimento das cidades tem impacto importante sobre o meio rural: amplia o mercado de alimentos e fibras e, sobretudo, torna claro, para cada habitante, o seu custo de oportunidade, na comparação entre o que é oferecido pelo campo e pela cidade. É claro

⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/>. Acesso em: 2 fev. 2010.

⁵ ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XVIII, n. 4, p. 5-17, 2009.

que isso estimula o êxodo. Quem, no entanto, resiste ao êxodo é pressionado a aumentar a produtividade do trabalho. Para isso, tem de investir em organização e tecnologia mecânica, principalmente aquelas tecnologias que incrementam o excedente que cada hectare produz.

O desafio do Mapa é reforçar, no portfólio de pesquisa, os investimentos em projetos de pesquisa que tenham forte impacto sobre a geração de tecnologias que poupam terra. O espírito predominante nos dias atuais premia a agricultura associada à floresta. Com efeito, essa área de pesquisa tem inegável importância. Adotada pelos agricultores em empreendimentos bem-sucedidos sob o aspecto econômico,

a tecnologia terá pequeno impacto sobre a produtividade do trabalho, graças ao aumento da produtividade da terra. Assim, se o objetivo é preservar a floresta, o caminho é fazer cada hectare produzir mais, num ambiente em que a demanda cresce a taxas elevadas. Também é importante determinar as regiões mais robustas com relação ao meio ambiente e com maior capacidade de resposta à tecnologia.

Cumprir direcionar os investimentos de pesquisa para projetos que visem dar incremento substancial à produtividade da terra e a uma política agrícola que tenha o mesmo propósito. Esse é o maior desafio enfrentado pelo Mapa na sua batalha contra o desmatamento na Amazônia.

